

GRANDES OBRAS NA AMAZÔNIA: Aprendizados e Diretrizes

O projeto **Diretrizes para Políticas Públicas e Práticas Empresariais na Instalação e Operação de Grandes Empreendimentos em Territórios na Amazônia** começa a avançar. A *International Finance Corporation* (IFC) disponibilizou recursos para a estruturação das primeiras atividades e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces) assumiu a coordenação dos trabalhos. **Acompanhe.**

BOLETIM INFORMATIVO 1
Outubro 2015

O QUE JÁ ACONTECEU ?

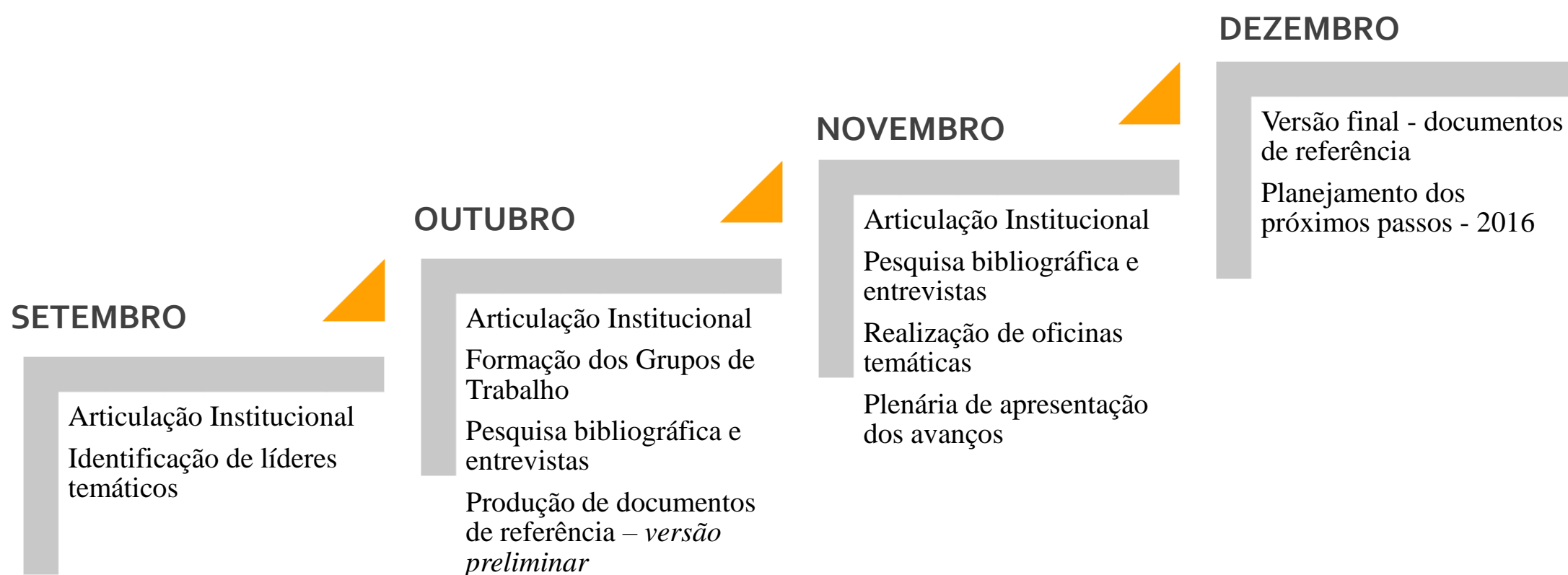
Depois de reuniões em Maio e Julho de 2015 com diálogos sobre a pertinência de se construir **diretrizes para as políticas públicas e práticas empresariais na instalação e operação de grandes empreendimentos em territórios na Amazônia**, com mais de 30 instituições participantes, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) **compilaram as recomendações e percepções advindas destes encontros e recursos iniciais foram captados**.

O plano de trabalho também foi fechado e prevê a **composição de grupos de trabalho temáticos, a produção de documentos de referência com subsídios para as discussões e a realização de oficinas temáticas**, com representantes da sociedade civil, do governo em suas diferentes esferas e do setor privado, visando a **discussão e o aprimoramento dos documentos e o desenho de encaminhamentos**. O acumulado desses aprendizados será debatido em **seminários regionais e integrados em seminário único, formatando diretrizes** para ampla discussão e disseminação. A **contínua articulação institucional e promoção de diálogo** almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das políticas públicas, bem como das práticas empresariais, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

O QUE VAI ACONTECER ?

Em setembro foi dado seguimento à **articulação institucional** para disseminação da iniciativa, bem como iniciada a **identificação de instituições líderes** para cada um dos temas. Em outubro serão **compostos os grupos de trabalho** com especialistas convidados, e em novembro serão realizados o primeiro ciclo de **produção de documentos de referência** e as primeiras **oficinas temáticas**.

O objetivo é aprimorar o ambiente e ampliar a participação institucional no debate, e organizar o conhecimento sobre as temáticas, subsidiando a continuidade da iniciativa em 2016.



O QUE INVESTIGAR ?

Os documentos de referência (*background papers*) incluirão, para cada tema, o diagnóstico da situação atual e cenários futuros, bem como análises preliminares das demandas e sistematização das melhores práticas. Eles também deverão indicar, mesmo que preliminarmente, estratégias de ação, identificando elementos necessários para que o diálogo se aprofunde e a iniciativa avance em 2016. O escopo dos documentos também norteia as discussões das oficinas dos Grupos de Trabalho (GTs) temáticos, com a repercussão devidamente incorporada ao documento final.

DIAGNÓSTICO ATUAL	ANÁLISE DAS DEMANDAS	ESTRATÉGIAS PARA A AÇÃO	
<div>QUAIS SÃO AS DIRETRIZES PÚBLICAS E EMPRESARIAIS EXISTENTES ?</div> <div>QUAL O ARCABOUÇO REGULATÓRIO ?</div> <div>QUAIS OS ATORES-CHAVE ENVOLVIDOS ?</div> <div>QUAIS AS EXPERIÊNCIAS E INICIATIVAS ? E MELHORES PRÁTICAS ?</div>	<div>QUAIS SÃO OS FATORES DE PRESSÃO EM RELAÇÃO A GRANDES EMPREENDIMENTOS ?</div> <div>QUAIS SÃO OS PROBLEMAS, ENTRAVES E DESAFIOS ?</div> <div>QUE LIÇÕES AS EXPERIÊNCIAS TRAZEM?</div> <div>QUAIS OS CENÁRIOS DE CONFLITOS ?</div>	<div>QUAIS ESTRUTURAS E ESTRATÉGIAS DE GOVERNANÇA POSSÍVEIS PARA TOMADA DE DECISÃO COLETIVA ?</div> <div>QUAIS MECANISMOS DE CONSULTA E PARTICIPAÇÃO EFETIVA RECOMENDADOS PARA PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO ?</div>	<div>ANÁLISE DOS PROCESSOS E PROPOSTAS PRELIMINARES DE AÇÃO</div>
<div>QUAIS OS ATORES E ESPAÇOS A ENVOLVER ?</div> <div>QUAIS APROFUNDAMENTOS SÃO NECESSÁRIOS AO DEBATE ?</div>	<div>QUAIS EXPERIÊNCIAS DEVEM SER OBSERVADAS ?</div> <div>QUAIS AS VISÕES, POSICIONAMENTOS E EMBATES EM CURSO ?</div>	<div>ELENCAR DESAFIOS E ELEMENTOS NECESSÁRIOS NA CONCRETIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS IDENTIFICADAS</div> <div>PLANO DE AÇÃO PARA SEGUIMENTOS DA INICIATIVA EM 2016</div>	<div>ELEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES</div>

AGENDA DE ENCONTROS

3 DE NOVEMBRO – 9 h às 17 h

GT: Instrumentos de Financiamento: Agendas Territoriais e Fundos Antecipatórios

Local: FGV, São Paulo

4 DE NOVEMBRO – 9 h às 17 h

GT: Agendas de Desenvolvimento Territorial, Governança e Monitoramento

Local: FGV ou Banco Mundial, Brasília

(Concomitante à)

4 DE NOVEMBRO – 9 h às 17 h

GT: Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos – foco Crianças e Adolescentes*

Local: FGV ou Banco Mundial, Brasília

12 DE NOVEMBRO – 9 h às 17 h

GT: Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas

Local: FGV, Brasília

13 DE NOVEMBRO – 9 h às 17 h

Plenária – Apresentação dos avanços, por tema

Local: Belém ou Brasília – a confirmar

** A confirmar*

GT: Ordenamento Territorial e Biodiversidade

8 DE DEZEMBRO – 9 h às 17 h

Plenária – Resultados e próximos passos

Local: IFC, São Paulo

Os GTs terão entre 10 a 20 participantes, com especialistas convidados, e abertos a membros do grupo expandido. Favor confirmar a presença nos GTs e/ou plenárias para o e-mail jessica.chryssafidis@fgv.br.

* O subtema Povos indígenas, populações tradicionais e quilombolas não terá grupo de trabalho nesta primeira etapa, e sim uma consulta a especialistas por meio de entrevistas.

TEMA 0

CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL, CENÁRIO DE INVESTIMENTOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Líder: GVces com Instituições apoiadoras

A atividade de revisão documental deve proporcionar, a partir de texto de referência, uma visão geral da situação atual e de diferentes cenários de investimentos em grandes obras previstos para a Amazônia Legal, alocando-as territorialmente e temporalmente, assim como identificando os setores da economia a que se relacionam. A partir dessas informações, identificar as principais instituições que operam esses processos, tais como órgãos finalísticos da administração pública, empresas privadas e instituições financiadoras, dentre outras. De posse desse cenário, aportar informações sobre a criticidade de tais iniciativas, em especial os impactos socioambientais, relacionando-os às previsões de mudanças climáticas, à debilidade na infraestrutura de apoio, aspectos relacionados à governança dos processos, bem como de participação dos atores locais.

TEMA 1

AGENDAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, GOVERNANÇA E MONITORAMENTO

Líder: Marcos Dal Fabbro - GVces

A prática indica que o desenvolvimento de determinado território, a partir de investimentos de grande monta, deve estar alicerçado na capacidade de identificar os gargalos e oportunidades, constituindo agenda que possa ser negociada, debatida e priorizada, bem como integrada a planejamentos territoriais mais amplos. Assim, um primeiro aspecto trata dos métodos utilizados para a construção desse arcabouço de atividades e os acertos e erros decorrentes. Executar esse conjunto de iniciativas invariavelmente requer ação de distintas instituições para que o seu resultado seja efetivo, demandando articulação e organização dessas intervenções. Ademais, a agenda de desenvolvimento, conforme aqui apresentada, é dinâmica, respondendo aos desafios, novos investimentos e novos contextos. Assim, a governança que responde pela melhor articulação das capacidades e competências também deve proporcionar os pactos necessários aos ajustes que as dinâmicas eventualmente requeiram. Resultados desses arranjos e ajustes nas estratégias são decorrentes da capacidade de monitoramento, a partir de indicadores ou outros mecanismos que auxiliem no planejamento territorial.

TEMA 2

INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO – Fundos Antecipatórios e Financiamento de Agendas Territoriais

Líderes: Laura Oller (IFC) e Livia Pagotto (GVces)

Atividade de troca de conhecimento em oficinas, estimuladas a partir de documento de referência que aborde a funcionalidade e aplicabilidade de instrumentos financeiros e suas potencialidades e desafios no contexto de grandes empreendimentos. Alguns cenários dialogam com o financiamento de iniciativas de desenvolvimento territorial no contexto de grandes empreendimentos, assim como na preparação da infraestrutura necessária na região. Partindo da lógica que despesas são realizadas na preparação de parte da infraestrutura e de capacidades requeridas por um grande empreendimento, custos esses extraordinários e que invariavelmente não são suportados pelas administrações públicas, discute-se a formulação de fundos que possam antecipar receitas decorrentes dessas novas dinâmicas. Paralelamente, a agenda de desenvolvimento territorial também requer financiamento. A pergunta então passa a ser não só as fontes de recursos para tanto, assim como a sua gestão e governança, uma vez que as atividades previstas não se encaixam unicamente na lógica municipal, tão pouco estadual, pois trata-se de executar um planejamento proposto por e para o território, do qual participam inúmeras instituições e organizações (públicas, sociais e privadas).

TEMA 3

GRUPOS VULNERÁVEIS E DIREITOS HUMANOS

Líderes: Crianças e Adolescentes

Prof.^a Flávia Scabim (FGV Direito SP) e Prof. Assis de Oliveira (UFPA)

Líderes: Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas

Isabelle Vidal e Cassio Ingles de Sousa

A vulnerabilidade de algumas populações e segmentos da sociedade aos impactos dos grandes empreendimentos são notórios e a estes, dadas as especificidades, medidas eficientemente planejadas e pactuadas com toda a sociedade, empresas e esferas do governo são extremamente necessárias. Povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas, rurais e outros grupos tradicionais, crianças, adolescentes, jovens e mulheres, entre outros, compõem esse universo de vulnerabilidade, razão pela qual são protegidos por legislação específica e detentores de direitos diferenciados.

TEMA 4

CAPACIDADES INSTITUCIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Líderes: Sergio Andrade e Bruno Gomes – Agenda Pública

Administrações municipais e, em alguns casos estaduais, assim como os escritórios e superintendências de órgãos federais presentes nos territórios estão sujeitos aos impactos quando da chegada de um grande empreendimento. A demanda extraordinária, advinda de medidas mitigatórias, compensações socioambientais ou mesmo de uma infraestrutura preparatória, materializa-se na apropriação pelas sociedades locais, que precisam conferir perenidade ao legado com os instrumentos a que têm acesso, assim como atuar de forma incisiva no planejamento dessas ações. A essa dinâmica de demandas e da requerida sustentabilidade dos investimentos se somam as políticas públicas, com modos de operação, normativos e planejamento próprios que nem sempre se adequam à demanda extraordinária característica de grandes empreendimentos

TEMA 5

ORDENAMENTO TERRITORIAL E BIODIVERSIDADE

Líder: Paulo Moutinho – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Na Amazônia, a ocupação do território, dada a histórica ausência do Estado ou mesmo o ineficaz resultado de sua presença, face inclusive às desastrosas dinâmicas de colonização no período militar, resulta em um expressivo passivo que afeta direitos e potencializa danos ambientais. Nesse contexto, os impactos decorrentes de um grande empreendimento são mais expressivos - não somente os diretos e decorrentes da obra em si, mas também aqueles advindos da injeção de recursos nas atividades econômicas locais, inclusive ilegais. O ordenamento do território, portanto, é ainda mais crucial aos ambientes com alto grau de dinamismo, garantindo, por exemplo, a justa realocação de famílias eventualmente deslocadas de suas terras ou mesmo viabilizando a responsabilização e penalização pelo desmatamento ilegal. Similarmente, o ordenamento do território, ao destinar terras para comunidades indígenas e tradicionais, ou mesmo quando aplicado no entorno de unidades de conservação e de terras indígenas, pode assegurar um melhor disciplinamento do uso desses espaços, resultando em menor pressão sobre os recursos naturais e na garantia de direitos.

Sobre a iniciativa

DIRETRIZES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EMPRESARIAIS EM TERRITÓRIOS PARA A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NA AMAZÔNIA

OBJETIVO

Formulação de diretrizes para políticas públicas e práticas empresariais em territórios no contexto da instalação e operação de grandes empreendimentos e/ou cadeias de valor de empresas na Amazônia, por meio de pesquisas temáticas, mobilização de atores sociais e ampla disseminação do conhecimento gerado, a serem pactuadas e colocadas em prática por diferentes níveis de governo, setor privado e sociedade civil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ☐ Problematicar a chegada de grandes empreendimentos e investimentos na Amazônia, em um contexto amplo de impactos e oportunidades nos campos econômico, social e ambiental
- ☐ Fomentar o diálogo, a mobilização social e a articulação entre entes públicos, organizações da sociedade civil e do setor empresarial envolvidos, e potencializar o debate qualificado, dando-se luz aos principais gargalos e possíveis soluções
- ☐ Fomentar maior transparência e controle social nos territórios impactados por grandes empreendimentos
- ☐ Contribuir para a inserção dos principais temas nas agendas federal, estaduais e municipais, nos instrumentos de planejamento territorial, colaborando na superação das fragilidades institucionais, identificando ações e responsabilidades complementares, e na melhor formulação das políticas públicas
- ☐ Contribuir para a realização das oportunidades de desenvolvimento do capital humano que podem advir do dinamismo econômico que incide sobre regiões afetadas por grandes empreendimentos
- ☐ Fortalecer o marco regulatório ambiental atual, com a oferta de instrumentos e diretrizes que complementem os esforços de mitigação de impactos a serem cumpridos no âmbito dos processos de licenciamento ambiental
- ☐ Estimular e orientar melhores práticas empresariais na inserção de empresas e suas cadeias de valor em territórios de delicada estrutura socioambiental
- ☐ Consolidar discussões, aprendizados, acordos, diretrizes e instrumentos em protocolo a ser amplamente divulgado e disseminado

METODOLOGIA

Pesquisa aplicada, por meio de definição de temas prioritários, pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e análise, reuniões e discussões prévias entre atores envolvidos nos temas específicos, construção de espaços de diálogo, seminários locais e regionais para ampliação das discussões e proposições, seminário integrador para finalização de documento/protocolo, pactuado entre as partes envolvidas, e ampla disseminação do conhecimento gerado.

ETAPAS

1. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

com poder público federal, estaduais e municipais, organizações não governamentais, instituições de pesquisa, associações de classe, movimentos sociais, e setor empresarial

2. CRIAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO (GT) TEMÁTICOS

com instituição líder.

- **Sistematização do conhecimento** e produção de *background papers* com estado da arte e experiências no Brasil e no mundo, com aprofundamento do referencial teórico, entrevistas semi-estruturadas com atores-chave, e posterior acúmulo das discussões. Compreende seguidos momentos de atualização e acúmulo, e deve incluir: (a) diagnóstico atual, (b) arcabouço regulatório e de processos, (c) equacionamento da questão: identificação dos problemas e entraves, (d) mapeamento de experiências práticas e lições aprendidas, (e) mapeamento dos atores-chaves, e (f) conjunto de recomendações a ser aprimorado após cada interação no grupo

- **Oficinas para discussão** entre entes federativos e demais instituições públicas, privadas e da sociedade civil, nivelando e disseminando conhecimento, e construindo pontos comuns (O GT0 não segue o mesmo processo, pois serve de levantamento que alimenta os demais grupos).

3. SEMINÁRIOS REGIONAIS

para discussões ampliadas a partir do trabalho prévio dos Grupos de Trabalho. Para cada tema, a sistematização subsidia o trabalho em grupo, cuja discussão é ampliada em subsequente seminário regional multitemático, que retroalimenta a sistematização e inicia novo ciclo, culminando, após 3 seminários regionais, em seminário integrador

4. SEMINÁRIO INTEGRADOR

– Brasília ou Belém – para ampliar a discussão e finalizar um protocolo. Nessa fase, inicia-se a consolidação das diretrizes, a partir da convergência da construção de cada grupo temático.

5. COMPILAÇÃO E AMPLA DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS

idealmente pactuados entre poder público, sociedade civil e setor empresarial

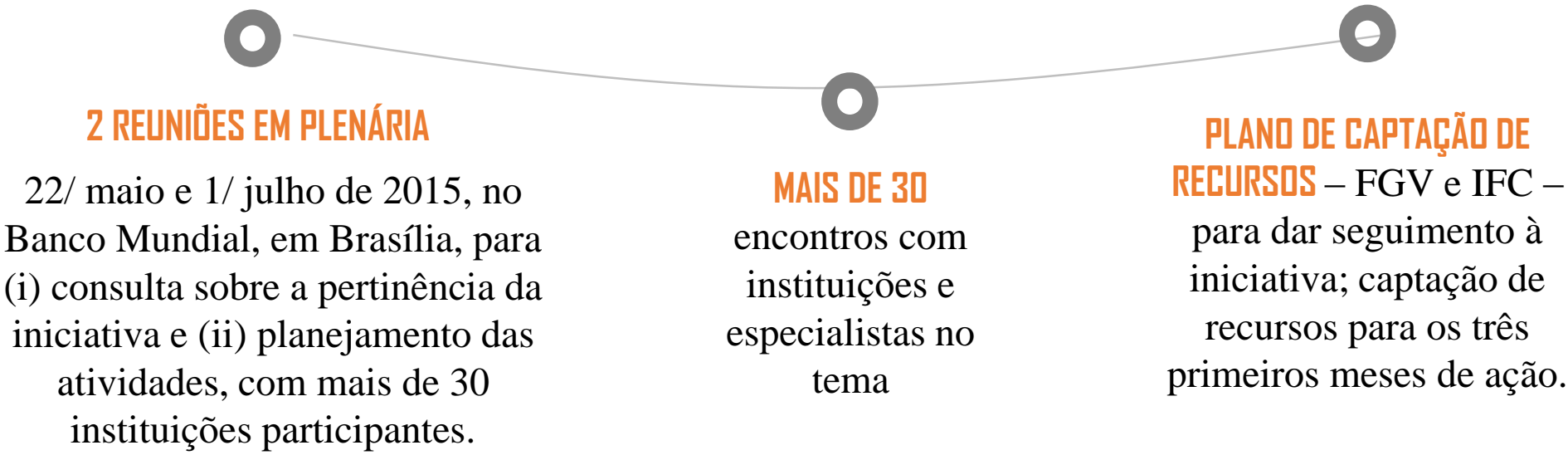
6. MOBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO

por meio de devolutivas qualificadas com os resultados do trabalho, fomentando pactuações e discussões públicas

DURAÇÃO PREVISTA

Dezoito (18) meses para execução

ATIVIDADES JÁ REALIZADAS



PREMISSAS A PARTIR DAS REUNIÕES REALIZADAS

A discussão sobre o modelo de desenvolvimento territorial vigente no país é fundamental e urgente; entretanto, o foco da iniciativa é buscar aprimoramento nos processos de implementação de grandes empreendimentos, investigando “como” tais obras se instalam e operam na Amazônia, uma vez definidas

A iniciativa busca o fortalecimento do licenciamento ambiental, com estratégias complementares ao instrumento legal

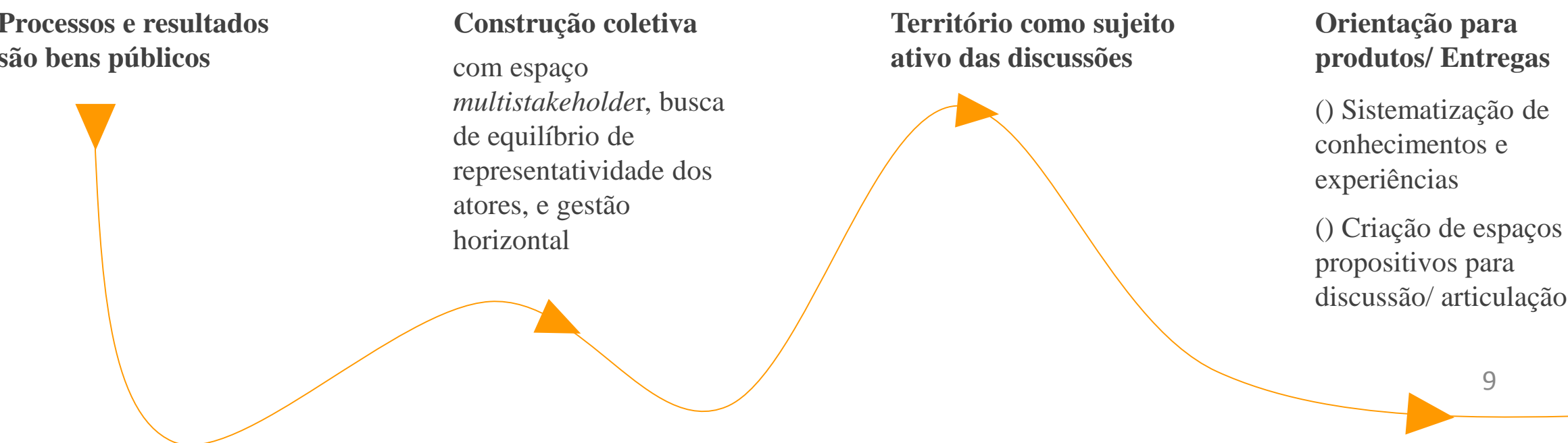
A iniciativa deve reunir esforços já existentes e fortalecer concertação, iniciando com mapeamento e sistematização do conhecimento e experiências existentes/em curso, incluindo diagnóstico do contexto de grandes obras na Amazônia e possíveis cenários

A iniciativa deve buscar abordagem *bottom-up*, reconhecendo-se tecnologias sociais, vocações e demandas dos territórios

A iniciativa deve trabalhar com focos temáticos, mas buscar a integração entre os temas

A iniciativa deve concomitantemente buscar: (i) materialização de instrumentos; e (ii) foco nos processos de aprendizado coletivo, entendendo que o processo de construção é tão relevante quanto os produtos finais

DIRETRIZES PARA O PROCESSO a partir das reuniões realizadas



EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Mario Monzoni - GVces

Hector Gomez - IFC

Coordenação Executiva

Laura Oller - IFC

Daniela Gomes Pinto – GVces

Coordenação Temática

Livia Pagotto - GVces

Marcos Dal Fabbro – GVces

Daniela Gomes Pinto - GVces

Líderes Temáticos

Flávia Scabin (GV Direito), Assis Oliveira (UFPA), Isabelle Vidal, Cassio Ingles de Sousa, Sergio Andrade e Bruno Gomes (Agenda Pública) e Paulo Moutinho (IPAM)

Secretaria Executiva

Jessica Chryssafidis - GVces